

RS cria Secretaria de Proteção e Defesa Civil

Pasta terá a atribuição de coordenar as políticas públicas de gestão integrada de riscos e desastres e adaptação climática

/INFRAESTRUTURA

Jamil Aiquel

jamil@jcrs.com.br

Em evento realizado ontem, no Palácio Piratini, o governo do Rio Grande do Sul apresentou o balanço das ações de reconstrução do Estado e anunciou novas medidas estratégicas do Plano Rio Grande. Com a presença de autoridades estaduais e nacionais, como o Secretário para Apoio à Reconstrução do RS, Maneco Hassen, e o vice-governador Gabriel Souza, o governador Eduardo Leite garantiu que o encontro buscou dar um caráter de “política de Estado”, e não apenas de governo, às ações de resiliência climática para que tenham continuidade nas próximas gestões.

“A ação de reconstrução do Estado e a constituição da nossa resiliência não se dá em um mandato. Estamos pensando em 12 anos pela frente. Nós vamos passar por vários governos. A única forma de garantir que tudo isso aconteça é se a sociedade civil acompanhar, se os órgãos de controle estiverem acompanhando, se isso for de todos do Estado e não apenas do governo de plantão”, afirma.

O plano atual consolida R\$ 21,9 bilhões em investimentos, divididos principalmente entre o Fundo estadual (Funrigs) e o fundo federal (Firece). Do montante focado na preparação e mitigação de desastres, o governador Eduardo Leite destacou o envio

iminente de dois projetos de lei à Assembleia Legislativa que alteram a estrutura administrativa do Executivo.

O primeiro projeto propõe a criação da Secretaria Estadual de Proteção e Defesa Civil (Sepdec). A mudança retira a Defesa Civil da subordinação da Casa Militar, conferindo-lhe um novo patamar institucional, além de autonomia administrativa e orçamentária para focar exclusivamente na gestão de riscos. Com o novo status, a pasta terá a atribuição de coordenar as políticas públicas de gestão integrada de riscos e desastres, proteção e defesa civil, e adaptação climática.

O segundo projeto institui o Novo Sistema Estadual de Recursos Hídricos e cria a “Autoridade das Águas” (Águas RS). A nova autarquia será especializada em segurança hídrica e regulação, centralizando a resposta coordenada a eventos extremos cada vez mais frequentes, como secas e inundações.

“Agora que temos todo o processo amarrado, faz sentido a gente dar um passo seguinte, atribuindo uma autonomia administrativa e orçamentária, um fortalecimento institucional da governança. Vamos ter um novo patamar institucional compatível com a relevância estratégica que a pauta tem. Sentimos muita falta de ter essa estrutura de inteligência para um processo de gestão mais eficiente” destaca o governador.

No campo tecnológico e de transparência, o Estado anun-

ciou o lançamento da plataforma “Clima RS”. Os sistemas integrados oficiais de múltiplos órgãos (como Inmet, Cemaden e a própria Defesa Civil), permitem aos cidadãos o monitoramento contínuo e em tempo real do clima e do nível dos rios, inclusive com alertas baseados na localização automática do dispositivo do usuário.

Outro ponto abordado durante o evento foi a lentidão no início das obras definitivas de sistemas de proteção contra cheias. O governador justificou o tempo de elaboração argumentando que os projetos estruturados antes de 2024 se mostraram subdimensionados para a nova realidade climática. No município de Eldorado do Sul, por exemplo, os diques projetados no passado não suportariam o evento extremo recente. Isso obrigou o Estado a refazer os estudos hidrodinâmicos, o que elevou a estimativa de custo da obra para mais de R\$ 1 bilhão e ampliou a necessidade de construção de novas casas de bombas e canais de macrodrenagem.

“Infelizmente os projetos que vinham sendo conduzidos antes não seriam suficientes, precisavam ser revisitados, reanalisados, e por isso que estão sendo feitas essas atualizações”, lamentou.

Ainda na pauta da infraestrutura, o governo gaúcho assinou o contrato de R\$ 70,2 milhões para a execução do projeto e obra do Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e



Leite disse que o ato busca dar um caráter de política de Estado às ações

Desastres (Cegird), que será instalado na antiga sede da CEEE em Porto Alegre, com entrega prevista para março de 2027.

Paralelamente, foram destinados R\$ 15,7 milhões para a

compra de conjuntos operacionais, que incluirão 73 caminhonetes, 73 geradores e 342 rádios digitais para equipar as Defesas Cíveis de dezenas de municípios prioritários.

Governo federal destaca parcerias com o Estado

A dificuldade de realocar populações inteiras, como nas áreas severamente destruídas do Vale do Taquari, também foi debatida no evento. O promotor de Justiça Sérgio Diefenbach (MP-RS) alertou que o afastamento definitivo das populações das chamadas “zonas de arrasto” é, possivelmente, “a medida mais importante a ser tomada no momento”, ressaltando a dificuldade de execução. A proposta do Estado abrange 32 áreas de interesse em nove municípios para que sejam transformadas em parques urbanos ou áreas de uso

restrito, mediante programas de compensação financeira às famílias.

O evento também marcou a proximidade institucional com o governo federal, representado por Maneco Hassen. O secretário da Reconstrução ressaltou os cerca de R\$ 112 bilhões já alocados pela União no Rio Grande do Sul por meio de diversos programas, pontuando que a reconstrução ocorre em bom ritmo graças ao esforço e união entre as esferas de governo e os municípios. Para coordenar a execução dessas frentes e evi-

tar sobreposição de recursos, o Estado e o BNDES criaram o “Projeto Rios”, formado por um consórcio de consultorias especializadas que atuarão na estruturação do Plano Estratégico de Resiliência.

“A recuperação, na velocidade que está se recuperando, é muito superior à de qualquer outro evento similar em outros estados do Brasil. Acho que estamos de parabéns e que a gente possa continuar caminhando unidos quando a população mais precisa”, exalta o representante do governo federal.

